

A POTENCIALIDADE DA PRAÇA CÍVICA EM GOIÂNIA À FORMAÇÃO CIDADÃ DO BIBLIOTECÁRIO: EVIDENCIANDO PRÁTICAS CULTURAIS

Resumo: Discutimos a potencialidade, a partir da Praça Cívica em Goiânia-GO, para a formação cidadã dos bibliotecários. Questionamos se o exercício da formação cidadã proporciona aos bibliotecários viver a cidade e executar suas práticas sociais? Fundamentada numa abordagem bibliográfica e exploratória buscamos, especificamente, ressaltar o incentivo à prática cidadã em espaços não-formais como estratégias complementares. Objetivamos, também, mostrar a Praça Cívica, retratada por meio dos seus diversos usos e apropriações, pode ser discutida/compreendida enquanto lugar do encontro, de múltiplos usos e simbolismos, reforçando seu potencial ao exercício das práticas cidadãs. Propomos uma metodologia amparada numa construção cartográfica, que visa mapear os espaços e aparelhos culturais, para servir de instrumento de apropriação e de mediação dos bibliotecários da cidade de Goiânia. Concluímos, portanto, que aprender sobre a cidade, formulando intervenções no espaço vivido, fazem dos bibliotecários agregadores em seus fazeres. Desta forma, propomos que o seu pleno exercício da cidadania completa perpassa por uma ação educativa e de uma Biblioteconomia mais social, que evidenciem as práticas culturais, pois enquanto sujeitos e mediadores da informação, os bibliotecários devem se apropriar dos espaços que frequentam e ocupam, contribuindo, em uma atuação mais completa e social.

Palavras-chave: Bibliotecários; formação cidadã; práticas culturais.

POTENTIAL OF THE CIVIC SQUARE IN GOIÂNIA TO THE CITIZEN FORMATION OF THE LIBRARIAN: HIGHLIGHTING CULTURAL PRACTICES

Abstract: We discussed the potential, from the Civic Square in Goiânia-GO, for the citizen training of librarians. Do we question whether the exercise of citizen education provides librarians to live the city and perform their social practices? Based on a bibliographic and exploratory approach, we specifically sought to highlight the incentive to citizen practice in non-formal spaces as complementary strategies. We also aim to show the Civic Square, portrayed through its various uses and appropriations, can be discussed/understood as a place of encounter, multiple uses and symbolism, reinforcing its potential to exercise citizen practices. We propose a methodology based on a cartographic construction, which aims to map cultural spaces and devices, to serve as an instrument of appropriation and mediation of the librarians of the city of Goiânia. We conclude, therefore, that learning about the city, formulating interventions in the lived space, make the librarians aggregators in their doings. In this way, we propose that their full exercise of full citizenship involves an educational action and a more social Librarianship, which highlight cultural practices, because as subjects and mediators of information, Librarians should appropriate the spaces they frequent and occupy, contributing to a more complete and social performance.

Keywords: Librarians; Citizen Training; Cultural practices.

Johnathan Pereira Alves Diniz

Doutorando em Geografia, pela Universidade Federal de Goiás (UFG) na linha de pesquisa Dinâmica Socioespacial.
biblijohn@hotmail.com

Hevellin Estrela

Mestra em Comunicação pela Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás (UFG). Servidora do IF Goiano - Campus Trindade.
hevellinestrela@gmail.com

Bethânia Oliveira Silva

Mestre em Educação pela Universidade Federal Goiás - Regional Catalão (UFG). Coordenadora da biblioteca do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IF Goiano) - Campus Urutaí.
bethaniaoliveirasilva@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Os bibliotecários exercem atividades de organização, tratamento e disseminação de informações, em bibliotecas, centros de informação e documentação especializados, sistemas de informação digitais, arquivos, centros culturais e de memória, museus e hemerotecas, entre outras possibilidades. Cabem-lhes selecionar, analisar, sintetizar e organizar diversos tipos de documentos, em qualquer tipo de suporte, seja impresso ou formato digital. Se antes, o objeto de trabalho dos bibliotecários estava concentrado (prioritariamente) no acesso físico aos documentos, atualmente seu papel está diretamente ligado ao acesso cognitivo e a mediação da informação dos seus usuários.

Com base nesta premissa, destacamos o papel dos bibliotecários no exercício da cidadania completa, haja vista que os espaços públicos são lugares onde os sujeitos exercem suas práticas emancipatórias, democráticas e participativas. A formação biblioteconômica dialoga muito estreitamente com a cidade e com a espacialidade dos sujeitos. Neste sentido, objetivamos compreender a cidade, por seus espaços e usos, como elementos potenciais para o exercício da cidadania, numa perspectiva que integra as práticas culturais com o cotidiano, a partir da vivência *da* e *na* cidade, como aspiração a uma formação cidadã dos bibliotecários.

O recorte espacial escolhido para este estudo é a Praça Doutor Pedro Ludovico Teixeira, conhecida usualmente como Praça Cívica, localizada na região central da cidade de Goiânia, Estado de Goiás, por representar um marco político-administrativo e histórico-cultural, além de uma referência espacial bastante conhecida da maior parte dos moradores da cidade. A diversidade de usos que a Praça Cívica possui (lazer, político, religioso, comercial, social, histórico e educativo), pode ampliar e dar outra dimensão ao campo de trabalho aos bibliotecários, também trazem novas indagações acerca do seu fazer e atuação profissional.

Diante tal panorama, surge a seguinte indagação: o incentivo à uma formação cidadã proporciona aos bibliotecários, enquanto mediadores da informação, viver a cidade e executar suas práticas sociais e culturais? Com objetivo de responder a esse questionamento, propomos uma abordagem metodológica amparada numa construção cartográfica, no qual, retratamos a Praça Cívica, em Goiânia, por meio dos seus diversos usos e apropriações, sendo discutida/compreendida enquanto lugar do encontro, de múltiplos usos e simbolismos, reforçando seu potencial ao exercício das práticas cidadãs. Especificamente, ressaltamos a relevância de incentivar a prática cidadã em espaços não formais como estratégias complementares. Tais questionamentos colocam os bibliotecários diante de uma nova realidade

que, por sua vez, convocam estes profissionais a participarem de forma transformadora, favorecendo a ação cultural, o impacto na sociedade e a mediação informacional (DANTAS; GARCIA, 2016).

Com toda essa temática abordada, destacamos a importância desta pesquisa como um olhar à atuação cidadã dos bibliotecários goianienses, mediante suas práticas culturais, compreendendo os arranjos da cidade e suas dinâmicas, assim, também, enquanto agentes que dela se apropriam e a dinamizam em demais contextos socioespaciais¹ e, contribuindo para que este espaço da cidade retratado seja, ao mesmo tempo, lido, ensinado, utilizado e, sobretudo, apropriado, como elemento ativo e norteador no exercício da cidadania.

2 CIDADE, CIDADANIA E INFORMAÇÃO

Informação e cidadania são conceitos imprescindíveis um do outro, uma vez que o acesso à informação está diretamente vinculado à democracia e ao exercício da cidadania. Marshall (1967) entende que a cidadania pode ser considerada como uma abordagem mais tradicional sobre o tema, compreendida como o direito a ter direitos, estabelecendo, assim, tipologia dos direitos da cidadania a saber: os direitos civis, os direitos políticos e os direitos sociais.

Desse modo, o acesso à informação também é um direito de todos. Para Targino (1991, p. 71) “não há exercício da cidadania sem informação. Isto porque, até para cumprir seus deveres e reivindicar seus direitos, sejam eles civis, políticos ou sociais, o cidadão precisa conhecer e reconhecê-los, e isto é informação”. Nesta perspectiva, entendemos o conceito de informação (no sentido de informar, conhecer, ter acesso à informação) sendo primordial na contribuição social à conscientização dos sujeitos acerca dos seus direitos e seus deveres.

Marshall (1967) endossa que a cidade é permeada por um conjunto de direitos e deveres, mesmo estando estendida a todos, mas que a cidadania em si transcende esse conjunto de direitos e deveres, uma vez que há outros elementos que interferem na sua atuação, como a situação social dos sujeitos. A análise da cidade sempre foi (e continua sendo) material de amplas discussões no campo da Geografia variando desde as perspectivas culturais e subjetivas das relações desenvolvidas às estratégias de espacialidade, tendo em vista a relevância da apropriação dos espaços públicos pelos diferentes agentes/atores sociais.

¹ De acordo com Souza (2013), trata-se de indicativo das relações sociais.

Ampliamos esse olhar à Biblioteconomia², pensando nas perspectivas culturais que as duas áreas se relacionam, na qual, os bibliotecários possam atuar na mediação informacional e cultural dos sujeitos, com ponto específico de encontro, a Praça Cívica em Goiânia. Nessa linha afirma-se que “a cidade é o lugar onde pessoas de todos tipos e classes se misturam, ainda que relutante e conflituosamente, para produzir uma vida em comum, embora perpetuamente mutável e transitória” (HARVEY, 2014, p. 134). Portanto, tanto a cidade quanto o urbano se situam no âmbito das reflexões sobre o espaço e a sociedade, pois são produtos históricos dessa relação.

Para Cavalcanti e Souza (2014) a cidade é um espaço multicultural, ambiente de copresença, da coexistência. A sua gestão e seus projetos devem levar em consideração as diferenças entre os grupos que habitam este espaço, bem como seus desejos, anseios, rotinas, estilos e a desigualdade de participação social. Considerando a proposta de trabalhar a potencialidade da Praça Cívica na cidade de Goiânia à formação cidadã é importante apresentar as contribuições de Gomes (2006) ao tratar do conceito de espaço público. Para o autor este conceito deve ser pensado por duas vertentes: por sua configuração física e pela dinâmica e práticas sociais. O autor conclui que assim, o espaço público, se torna conjunto indissociável das formas com as práticas sociais (GOMES, 2006).

Essa linha argumentativa contempla o espaço a partir da ideia de bem comum, não se resumindo à dicotomia entre o público e o privado, sendo que, nesse espaço as ações estão sujeitas às normas e instituições (GOMES, 2012), também sendo no espaço público o local onde os problemas e tensões urbanas se tornam mais perceptíveis, a exemplo da mobilidade urbana, segurança pública, dentre outros. Castro (2012) reitera que o espaço público assume diretamente dimensão política, pois deve ser compreendido a partir de normas socialmente construídas (sentimentos pessoais e coletivos), tornando possível o surgimento do espaço político, onde se é possível viver entre os diferentes, mantendo direitos igualitários.

As práticas sociais desenvolvidas nos espaços públicos assumem características comuns entre os sujeitos, dada à dimensão dos direitos iguais, previstos por exemplo na Constituição Federal de 1988.³ Arendt (2014) apresenta que tal fenômeno não é recente na história da

² A Biblioteconomia é uma ciência interdisciplinar e pode ser associada à várias outras áreas, mas neste estudo propomos um olhar específico entre a Geografia e a Biblioteconomia.

³ Preâmbulo: Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem

humanidade, em que desde o surgimento da antiga cidade-Estado a distinção entre os domínios da família e da política já existiam, caracterizando-se como entidades distintas e separadas.

A formação de cidadãos requer um projeto que contemple a participação política da população nas decisões da sociedade e da cidade. No Brasil as propostas para o exercício da cidadania se materializaram, por exemplo, nas legislações competentes, a exemplo do direito à moradia, presente na Constituição Federal de 1988, ou mesmo no Estatuto da Cidade, que estabeleceu as diretrizes gerais para o uso e ocupação do solo nas cidades brasileiras (BRASIL, 1988, 2002)

A cidadania está relacionada aos direitos civis que, por sua vez, estão ligados à liberdade individual, como o direito de ir e vir, direito à justiça, direito à propriedade, à liberdade de expressão individual e a de imprensa. Além dos direitos civis, temos também os direitos sociais que são constituídos de condições que asseguram a vida digna, o bem-estar social que está relacionado ao direito à educação, saúde, segurança, habitação e emprego (MORIGI; VANZ; GALDINO, 2002). Já Vieira (2001), critica a concepção de cidadania trazida por Marshall (1967), uma vez que o autor entende que esta forma apolítica abordada, baseada na conquista dos direitos, não considerou outras influências, como a religiosa, visando a promoção dos direitos individuais e sociais.

Gadotti (2000) já afirma que a sua compreensão sobre cidadania, derivou da competitividade consumista de cidadania e que tal ideia se apoia na competitividade da sociedade capitalista, é como se a questão da cidadania fosse voltada para o mercado, limitando assim, o tema aos direitos individuais. Marfetan (2015) elucida a potencialidade dos espaços públicos para o desenvolvimento da formação cidadã, tendo em vista que é possível sua livre ocupação.

De igual forma, devemos considerar a Praça Cívica na cidade de Goiânia a partir de suas potencialidades, como espaço que favorece a formação cidadã para o exercício das práticas culturais dos sujeitos, especialmente, aos bibliotecários. Ortega e Gasset (2006) afirmam, enquanto missão do bibliotecário, um cuidado que vá além dos recursos bibliográficos. O profissional deve ser aberto ao novo, deve ser perseverante, inovador e apaixonado, para que possa compartilhar seu conhecimento, na união da técnica com o social, favorecendo, dessa

interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus (BRASIL, 1988).

forma, o desenvolvimento informacional e cultural, dando prioridade às ações de maior impacto na sociedade.

E uma das formas de acesso que o cidadão pode adquirir conhecimento dos seus direitos e deveres é através da mediação do bibliotecário, que muitas das vezes mostra, apresenta e media esse acesso tornando-o, de fato, cidadão. O exercício da cidadania possibilita a leitura de mundo para além dos conceitos, que permitam que os bibliotecários possam compreender seu papel enquanto cidadão no exercício de suas práticas culturais, fazendo estes atuarem efetivamente no exercício de direitos e deveres, em práticas emancipatórias dos sujeitos.

3 A PRAÇA CÍVICA E A FORMAÇÃO CIDADÃ A PARTIR DOS BIBLIOTECÁRIOS

O município de Goiânia é edificado no ano de 1933 para atender às demandas originárias do governo federal. Inicialmente, destacava-se a relevância da localização do município que contribuiria na proposta de ocupação do Oeste e Norte brasileiro. A construção de Goiânia marcou, nas palavras de Arrais (2016) a redenção de um projeto regional, a partir das forças modernizantes do Sul. Outra marca evidenciada na produção de Goiânia foi a rápida valorização fundiária, que obviamente ocorreu orientada por uma lógica mercadológica, como indicado na Figura 1.

Figura 1: Goiânia: propaganda imobiliária na década de 1930



Fonte: Manso (2001, p. 15).

Em Goiânia, a Praça Cívica representa o marco da centralidade goianiense. Além da relevância de sua localização, é perceptível a centralidade política, em conta do desenvolvimento da gestão estadual no Palácio das Esmeraldas. Entretanto a função política da referida espacialidade não se restringe, meramente às ações governamentais, tendo em vista que, nos últimos anos, a exemplo de 2013, 2015 e 2019 manifestações políticas de diferentes cunhos ideológicos tiveram como ponto de chegada à Praça Cívica.

A Praça também é utilizada para outros usos e fins, como por exemplo, festividades tradicionais (festa de ano novo, eventos religiosos, atividades de cunho social, de lazer e educativo, entre outros). O acesso a praça é público, mas nos questionamos acerca das condições reais de acesso da população estes equipamentos culturais ali implantados. Partimos do pressuposto que as práticas cidadãs que ocorrem nos espaços públicos, no qual os sujeitos podem exercer práticas emancipatórias, democráticas e participativas e acreditamos no relevante papel educativo no exercício da cidadania. A Praça congrega a multiculturalidade, a contradição, o conflito de ideais e as tensões, ou seja, uma arena de debates. Nesta pluralidade de ideias e questionamentos, vemos os bibliotecários como ‘elemento-chave’, atuando fortemente na mediação da informação.

Todos estes usos do espaço público da Praça Cívica estão associados a uma primeira observação inicial e refere-se à relação deste espaço público com o próprio meio urbano, sua morfologia e diversas formas de apropriações, indicam que podem ser exercidas práticas cidadãs no cotidiano da cidade. Para tanto, os autores resolveram imergir na vivência da Praça, para além de sua centralidade, mas para compreender seus diversos usos e apropriações. As imagens a seguir (Figura 2), ilustram alguns usos que a Praça Cívica, em Goiânia, pode oferecer aos cidadãos.

Diante os usos e finalidades que a Praça Cívica possui destacamos o uso cultural, na qual acreditamos ser essencial na constituição da cidadania, mediante práticas emancipatórias. Sendo assim, nos indagamos como exercer a cidadania completa (baseada no direito a ter direitos), em um país de tantas desigualdades sociais? A resposta pode até parecer utópica, porém é possível, se as entidades de Classe e os movimentos sociais se unirem e cobrarem uma ação efetiva do Governo para proporcionar a emancipação cidadã, ou seja, adoção de políticas públicas em prol dos cidadãos.

Figura 2: Usos da Praça Cívica: Tapetes para a Celebração de *Corpus Christi* na Praça (esq. sup.); a Praça como espaço de lazer: crianças brincam nos espelhos d'água (dir. superior); Ação social na Praça (esq. inf.); Manifestação contra o Governo (dir. inf.)



Fotos: os autores; Carol Oliveira (Site A Redação), 2019.

Diante de todas as contradições e desigualdades existentes, reitera-se que o acesso à informação pode proporcionar o exercício pleno da cidadania através, principalmente, da atuação do bibliotecário como mediador e orientador neste acesso à informação, às práticas culturais e, conseqüentemente, à ação emancipatória. Almeida Júnior (2008) elucida que a informação ocorre a partir do momento em que há a interação entre o sujeito e um determinado dado (informação ainda não processada).

Dessa forma, a informação passa a existir, podendo ser compartilhada a outros sujeitos, assumindo a performance de conhecimento (uma vez que a informação compartilhada, está agregada a vivências e combinada a outras informações fundamentadas trazidas pelo sujeito). Entendemos que para facilitar a interação do sujeito com a informação, o bibliotecário está

habilitado a fazer esta mediação, visto que em um ambiente de notícias e informações falsas (*fake news*), estes profissionais estão detém conhecimentos sobre competência informacional.

Ainda segundo Almeida Júnior (2008), a mediação da informação, se faz mediante interferência realizada por um profissional da informação que pode fazer de forma consciente ou inconsciente, direta ou indireta, de forma singular ou plural, individual ou coletiva, mas propicia ao sujeito a apropriação da informação de forma a satisfazer suas necessidades informacionais. Os bibliotecários, dotados de conhecimentos técnicos elaboram estratégias de busca, tratam, difundem compartilham e atuam efetivamente na democratização da informação. Portanto, precisamos conhecer um pouco mais de suas habilidades.

3 OS BIBLIOTECÁRIOS MEDIADORES DA INORMAÇÃO E AS PRÁTICAS CULTURAIS: COMPREENDENDO OS ESPAÇOS DE CIDADANIA NA CIDADE

Compreendemos práticas culturais constituídas de ações que buscam valorizar as manifestações culturais, apropriando-se de técnicas criativas e dinâmicas, que possam conduzir à inserção do cidadão no meio social. O seu exercício nos espaços urbanos possibilita, inicialmente, a construção de um diálogo estabelecido para estes espaços, baseados essencialmente na distinção e nos demais diálogos realizados nos outros espaços da cidade. No contexto da Sociedade da Informação, as dinâmicas proporcionadas pelas práticas culturais são entendidas por Santos, Duarte e Lima (2014) como habilidades e competências, adquiridas pelos sujeitos para buscar, acessar, recuperar e compartilhar a informação, tornando assim, valorizando-a e transformando-a em diferencial para àqueles que possuem acesso a ela.

Ainda, segundo os autores, os mediadores da informação possuem um papel fundamental no processo de desenvolvimento dos sujeitos, pois essa mediação é capaz de articular a aproximação do usuário à informação desejada, auxiliando assim, o crescimento interpessoal e potencializando as relações sociais. Desta forma, temos os bibliotecários protagonistas neste campo das práticas culturais, que são “entendidas como um conjunto de manifestações simbólicas concebidas por um determinado indivíduo ou por uma dada sociedade para atribuir múltiplos olhares interpretativos sobre o mundo que os cercam” (SILVEIRA; REIS, 2011, p. 37). Salienta-se que “é por intermédio das práticas culturais que nos tornamos capazes de acessar as instâncias de significação que nos conferem uma identidade, seja esta individual ou coletiva” (SILVEIRA, 2007, p. 16).

Deste modo, abre-se oportunidade de se elaborar e aplicar atividades em espaços cujas funções não são essencialmente educacionais, contemplando diferentes localidades urbanas como praças, monumentos, vias de circulação, repartições etc. Isso converge para a noção física de espaço público, conforme afirma Gomes (2012, p. 27)

Como espaço físico, o espaço público pode ser a praça, a rua, um centro comercial, uma praia, etc. Na verdade, pouco importa a função de base; o fundamental é que seja um espaço, qualquer um, onde não haja obstáculos, senão normas gerais e lógicas para o acesso e a participação [...] As funcionalidades existem, mas não são exclusivas.

Para alguma destas localidades urbanas terem alguma intencionalidade educativa, precisamos abordá-la extrapolando sua função original, atribuindo sentido instrutivo para os frequentadores. A educação se articula historicamente ao projeto de formação da cidadania e das práticas cidadãs. Pela educação, pode-se empreender significativos esforços para questionar o sentido mais restrito de cidadania e promover situações que possibilitem o desenvolvimento da consciência crítica dos estudantes sobre a sua realidade social, sobre seu direito a condições mais dignas de sobrevivência, direito às suas manifestações culturais, sobre o direito de acesso ao conhecimento e aos espaços da cidade.

Dessa forma, atribui-se à educação a responsabilidade direta e indireta com a cidadania. Direta, quando ela possibilita às pessoas a construção do conhecimento e a tomada de uma consciência crítica sobre a realidade. Indireta, quando se crê que o saber e a consciência crítica possibilitam outras práticas capazes de mudar a realidade. Realizar uma prática educativa tendo como cenário as diferentes espacialidades da cidade oportuniza aos sujeitos participantes, condições de ampliarem o entendimento e os sentidos de uso dos espaços urbanos, superando a concepção de funcionalidades específicas destes locais, sobretudo, os classificados como públicos.

Ressaltamos aqui a função educadora dos bibliotecários, enquanto profissionais socialmente envolvidos com a mediação da informação e, conseqüentemente educadores e promotores da cidadania. Visando fortalecer essa imagem do bibliotecário foi assinada em 2014 por mais de 600 organizações, inclusive pela Fundação Biblioteca Nacional (FBN) e o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), a declaração de Lyon, que apresenta um conjunto de metas para uma maior democratização do acesso à informação. Os princípios desta declaração defendem os grupos minoritários com dificuldade de emancipação, incluindo “mulheres, povos indígenas, minorias, imigrantes, refugiados, pessoas com

deficiência, idosos, crianças e jovens” (FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES BIBLIOTECÁRIAS, 2014, p. 2).

Essa declaração afirma ainda que o acesso à informação apoia o desenvolvimento, capacitação das pessoas, proporcionando ações emancipatórias (IFLA, 2014), assim elencadas: a) exercício dos seus direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais; b) sujeitos economicamente ativos, produtivos e inovadores; c) aprender e aplicar novas habilidades; d) enriquecer sua identidade e expressões culturais; e) tomar parte na tomada de decisões e participar de uma sociedade civil ativa e engajada; f) criar soluções baseadas na comunidade para os desafios de desenvolvimento; g) assegurar a prestação de contas, transparência, boa governança, participação e empoderamento; h) mensurar o progresso dos compromissos públicos e privados de desenvolvimento sustentável.

A atuação dos bibliotecários deve estar direcionada à emancipação das pessoas, em função de uma sociedade mais justa e atuante nas esferas políticas, econômicas e sociais, garantindo um amplo acesso à informação, para diferentes grupos, respeitando as singularidades e a identidade das comunidades. O olhar sensível dos bibliotecários deverá estar direcionado ao fato que ainda existem sujeitos (e são muitos) que não têm acesso à informação e à cultura, portanto, não exercem a sua cidadania na sua completude (não são emancipados). Torna-se crucial pensar nestes sujeitos como parte de uma sociedade para quem a informação também não chega, proporcionando meios para que essa informação possa chegar e, conseqüentemente, estes sujeitos possam desenvolver suas práticas culturais emancipatórias e uma atuação cidadã.

Ranganathan (2009) afirma que a biblioteca é um organismo em crescimento, e por isso é preciso ampliar as fronteiras de espaço-tempo. As bibliotecas não podem ser vistas apenas como um ambiente, mas sim como uma estrutura social de informação que possibilita mudanças. Para ocupar esses espaços vulneráveis e tão esquecidos, nem sempre será possível montar um ambiente ideal, mas se faz necessária a iniciativa, bem como é preciso incentivar o envolvimento da comunidade.

Os bibliotecários precisam ser atuantes em seu espaço, seja este qual for. Esta perspectiva social não abrange apenas a biblioteca pública e/ou escolar, mas também os diferentes espaços informacionais. É seu papel realizar a provocação para fazer com que cada sujeito reflita que é de sua responsabilidade minimizar as diferenças, por meio do conhecimento que pode ser obtido no acesso à informação, seja nos parques, nas praças, nas ruas, o

profissional precisa estar atento a sua missão que é de mediador cultural. Os espaços, os processos e os estímulos a mediação cultural capacitam os sujeitos a perceber, ver, sentir, apreciar e produzir, sendo assim, atores de sua história.

Além disso, conhecer as diversidades do cotidiano da cidade, ou seja, vivenciar, circular e fruir no espaço urbano, permitem aos sujeitos terem contato com um vasto repertório de modos de ver, pensar, agir e interagir *na e com* cidade. As práticas culturais atribuem aos diferentes equipamentos públicos urbanos possibilidades de se ensinar e aprender não apenas “na cidade”, mas “para cidade”. Ou seja, ter processo de ensino-aprendizagem que extrapola a identificação das formas espaciais e que contemple o entendimento sobre a organização espacial presente no espaço urbano.

Os processos de mediação cultural que ocorrem nos espaços educativos podem estimular o contato com a arte e, nessa interação, pode-se levar os sujeitos a serem capazes de perceber, ver, sentir, apreciar e produzir, percebendo-se atores de sua história. Duarte Junior (2010) explana que esse sujeito deve partir da educação dos sentidos, bem como a forma como se habita, caminha, dialoga, se alimenta e interage entendendo seu papel cultural.

Ao se referir à palavra cultura, retomamos o seu sentido primordial que é definido por Chauí (2008) pois a palavra é oriunda do verbo latino *colere*, na origem cultura significa o cultivo, o cuidado. Como cultivo, a cultura era concebida como uma ação que conduz à plena realização das potencialidades de alguma coisa ou de alguém; era fazer brotar, frutificar, florescer e cobrir de benefícios. A autora salienta que a cultura passa a ser compreendida como campo na qual os sujeitos elaboram símbolos e signos, instituem práticas e valores, definem o sentido da linha do tempo, as diferenças no interior do espaço e os valores que determinam o sentido da vida, da morte e das relações entre o sagrado e o profano.

Borges (2013, p. 74) complementa que, “assim concebida, a cultura é mediadora do mundo e da existência, além de também ser reguladora de práticas sociais”. A autora enfatiza também que “na condição [de] produto histórico, a cultura não é perpétua: ela é construída, reconstruída, elaborada e reelaborada na interação do ser com o outro, com o espaço, com o território, enfim com o mundo” (BORGES, 2013, p. 74-75). Portanto, o lugar da cultura está no espaço territorial vivido, onde há ação humana que posse atribuir sentido a ela.

Nessa perspectiva, entendemos que a mediação cultural é fundamental para que os vínculos criados nesses espaços (o vivido) ultrapassem a efemeridade, não sejam episódicos, e que levem a repercussões por meio das relações estabelecidas e alimentadas no cotidiano. O

processo de mediação cultural nos espaços educativos pode contribuir para que se fortaleçam a produção, a dinamização, a interação, a diversidade metodológica que promove a formação estética e artística dos sujeitos. Daí a relevância de se pensar os espaços culturais como lugares diferenciados para a aprendizagem. Canton (2009, p. 15) entende como “espaço”, termo utilizado de natureza genérica e que “lugar” direciona a uma especificidade do espaço. Por fim, nas palavras do autor, trata-se de “[...] um lugar particular, familiar, responsável pela construção de nossas raízes e nossas referências no mundo”.

A leitura dos espaços assim como a ação das pessoas sobre esses espaços sinaliza práticas de compreender como eles o relacionam com o mundo. O vivido dá-se no trânsito dos espaços e nas práticas sociais, pois ambas são fatores determinantes na transitoriedade. Nesta perspectiva, ampliamos o leque da atuação dos bibliotecários para além das bibliotecas, pois entendemos a possibilidade de atuação em outros espaços (ou outras espacialidades) culturais, mas também de outros lugares ocupados, imaginados ou inventados, ou seja, lugares de diálogo que permitem o encontro das pessoas e o debate de ideias.

A compreensão da mediação cultural no processo de relação com a formação artística e, também, com a formação estética, entendendo que o sujeito que se conhece é sensível ao seu contexto e transforma-o, resulta em ação (ou práticas) a qual se define como práticas cidadãs. Considera-se o espaço cultural como possibilidade de educação dos sentidos, que o estimula a alargar suas percepções a respeito de si mesmo e de suas capacidades críticas, criativas e expressivas, percebendo o outro sujeito e o espaço vivido e sua espacialidade.

Por educação dos sentidos, temos o envolvimento de uma atitude harmoniosa e equilibrada diante do mundo, deslocando o lugar que normalmente atribuímos ao sensível, como elemento central do conhecimento, sem apartar o sensível do inteligível (DUARTE JUNIOR, 2010). O exercício da cidadania, não está garantido formalmente, ao contrário, pressupõe movimentos sociais constantes que promovem a discussão e a definição de pautas específicas em cada contexto, para o que contribui a formação básica dos grupos sociais (CAVALCANTI; SOUZA, 2014).

Percebemos, então, a cultura como fonte de desenvolvimento humano e a mediação efetuada assume a responsabilidade de orientar e intermediar o processo de fruição, promovendo o diálogo entre obra e público. Arroyo (2008, p. 163) frisa que “[...] o conhecimento, os valores e as competências se aprendem no intercâmbio humano”. Ficando aqui destacada a missão do bibliotecário como agente/mediador cultural e responsável por

proporcionar aos demais sujeitos a importância de acesso à informação e ao conhecimento, para se (re)conhecerem como cidadãos e, enfim, praticá-la em sua totalidade. É possível, não apenas aprender sobre a cidade, mas também, formular intervenções nas mesmas, para agregar em seus olhares proposições que contemplem a necessidade de exercício da cidadania para a população que nela frequenta e ocupa o espaço. Portanto, no sentido de evidenciar o a atuação mediadora do bibliotecário, chegamos a uma proposta metodológica de uso da Praça Cívica em Goiânia, a ser mostrada a seguir.

4 A PRAÇA CÍVICA EM GOIÂNIA: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA DE PRÁTICAS CULTURAIS

Pensar em propostas que valorizem o cotidiano e aproximem os conhecimentos desta ciência à realidade vivida das pessoas, constituem-se como uma perspectiva consolidada entre os pesquisadores da área. Autores como Callai (2013), Cavalcanti (2012) e Costella (2011), nos serviram de referencial para esta construção metodológica.

A princípio, realizamos uma pesquisa exploratória e bibliográfica. A pesquisa exploratória possibilitou familiaridade com o tema de pesquisa e construir os pressupostos, que norteiam este estudo (MATIAS-PEREIRA, 2012). Já a pesquisa bibliográfica realizada, priorizou produções das duas primeiras décadas deste século. Trazemos, também, estudos clássicos que reforçam e baseiam os principais conceitos. A proposta metodológica aqui discutida está centrada na prática educativa que é um dos pilares para o exercício da cidadania. Temos a pretensão de (re)fazer o espaço público da Praça Cívica em Goiânia, mapeando seus espaços culturais e administrativos, por meio de uma imagem cartográfica.

Nesse sentido, constituem objetivos para elaborar esta proposta metodológica: compreensão da confecção do mapa, localizar os aparelhos culturais e administrativos existentes, extrair informações de localização e síntese do fenômeno cartográfico. Portanto, a intenção desta proposta metodológica é, através do mapa cartográfico da Praça Cívica, os bibliotecários possam evidenciar as diversas potencialidades do espaço público como representação da vivência cotidiana, nas mais diferentes escalas. Esta proposta constituiu-se na contribuição que os bibliotecários podem agregar, enquanto mediadores da informação, para que o acesso à informação e a cidadania nesses espaços se realize da forma mais concreta possível, para isso é fundamental, na realização deste mapeamento, reduzir proporcionalmente

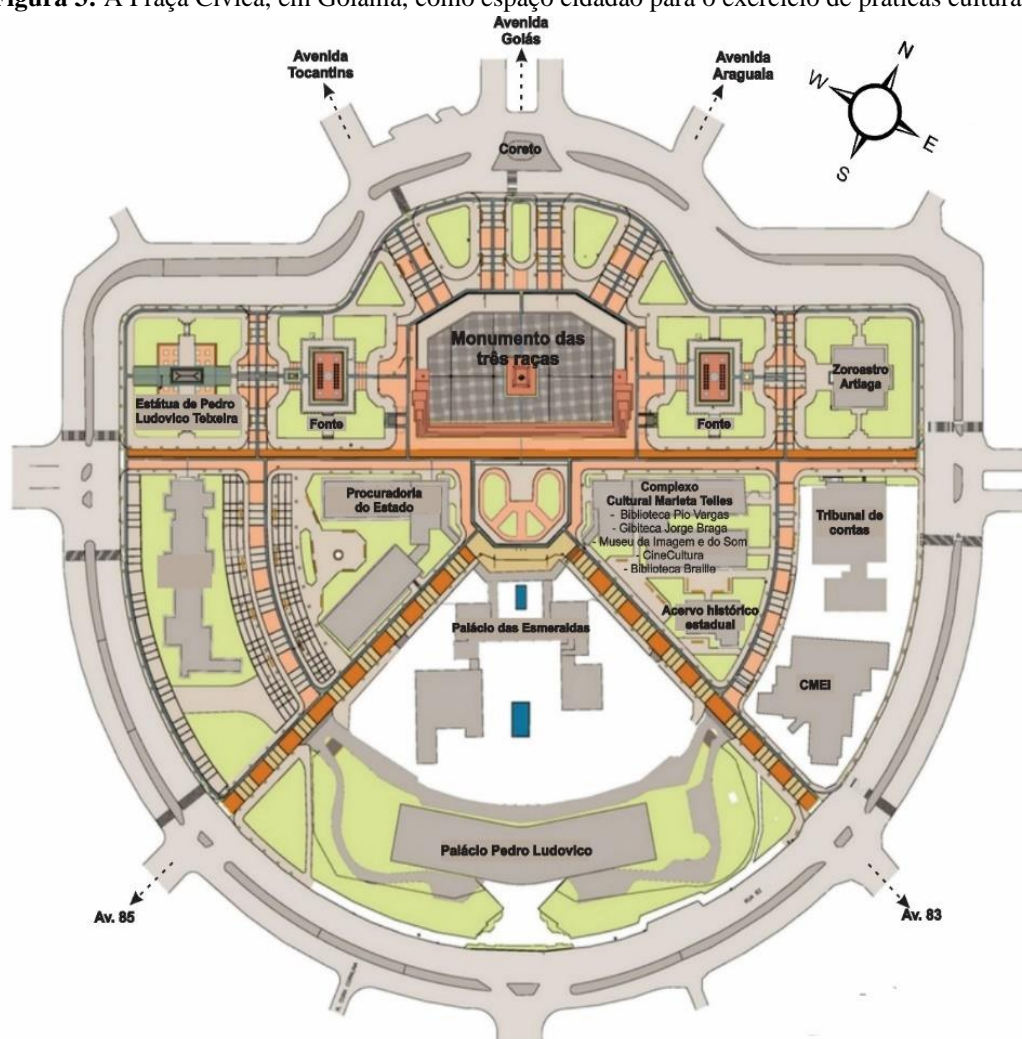
as medidas do real numa dimensão a ser representada e codificar os elementos que observou no espaço (PASSINI, 2007).

Para o desenvolvimento desta proposta metodológica, exigiu-se a elaboração de um croqui de todo o espaço da Praça Cívica, com todos os elementos básicos da cartografia que serão explorados. Obtivemos contato com diversos estudiosos no campo da Geografia, para que pudessemos formular tal proposta. Nessa perspectiva, novamente, chamamos a atenção para a ação combinada entre os bibliotecários, geógrafos e suas práticas pois, nesta atividade ambos os profissionais devem, previamente, dominar os elementos de leitura e interpretação do espaço público e realizar a mediação entre o exercício de sua atuação, enquanto cidadão e, também, em relação ao seu pertencimento à cidade, enquanto habitante, evidenciando, portanto, o seu papel de dinamizador da informação e do conhecimento, no exercício de práticas sociais, culturais e emancipatórias.

Ao explorar os elementos de localização e orientação, a proposta ora construída, contribui para o desenvolvimento das habilidades atinentes ao domínio da linguagem cartográfica, por meios dos processos de alfabetização e letramento cartográfico, e associados à observação e leitura da paisagem, contribuem para o desenvolvimento de um pensamento espacial que ultrapassam os limites do olhar e alcançam os campos da autonomia do pensamento do sujeito, da ação e interação social e da capacidade de compreender, mobilizar-se sobre o espaço vivido.

Esta proposta, assenta-se nos seguintes pilares: a) a Praça enquanto espaço público e constituinte da cidade possui um potencial educativo, histórico e cultural e não se restringindo a palco de ações humanas e, b) competência dos bibliotecários em tencionar e mobilizar os conhecimentos necessários para a leitura de mundo, como mediadores da informação e da cultura, visando sua participação cidadã no contexto das cidades. Desta forma, apresentamos o espaço da Praça Cívica, exposto na figura 3, para percepção dos profissionais no exercício de suas práticas culturais:

Figura 3: A Praça Cívica, em Goiânia, como espaço cidadão para o exercício de práticas culturais⁴



Fonte: elaborada pelos autores (2021).

Ao elaborar este mapa da Praça Cívica, tentamos evidenciar os principais prédios e monumentos ali existentes. Podemos notar os espaços administrativos (Palácio Pedro Ludovico [Sede administrativa do Governo do Estado], o Tribunal de Contas e a Procuradoria do Estado de Goiás. Observamos, também, no mapa a existência de aparelhos culturais e de ensino, tal qual o Centro Cultural Marieta Telles (que compreende os espaços da Biblioteca Estadual Pio Vargas, fundada em 1967, a Biblioteca Braile José Álvares de Azevedo, criada em 1988, a Gibiteca Jorge Braga, o Cine Cultura, e o Museu da Imagem e do Som), o Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) da Prefeitura de Goiânia, o Museu Zoroastro Artiaga e os monumentos históricos (Monumento às Três Raças) que, em meio a ao centro administrativo

⁴ A escala cartográfica deste mapa é 1:5000 (um centímetro no mapa representa cinco mil centímetros reais, ou seja, cinquenta metros).

da cidade, buscam atender às necessidades informacionais e cívicas da comunidade desde que foram constituídas. Com este mapeamento realizado, reafirmamos que os bibliotecários podem (e devem) agregar e contribuir na formação e desenvolvimento dos sujeitos, bem como, explorarem as potencialidades de uso que esse espaço oferece, como o lazer, o cultural, o histórico, o educativo, político e administrativo, como elementos que coexistem no mesmo espaço, conforme demonstrado pelas imagens anteriormente no decorrer deste artigo.

De posse dessa proposta cartográfica e da associação com a experimentação do lugar, consideramos que a leitura do espaço urbano se amplia e alcançam dimensões de difícil mensuração, à medida que o cotidiano cidadão contribui efetivamente à construção cidadã, habitante e usuário da cidade. Para justificar essa potencialidade, refletimos o seguinte questionamento: como não tencionar o pensamento dos bibliotecários ao confrontar os dilemas socioculturais que podem ser percebidos (a exemplo do uso da Praça como moradia às pessoas em condições de rua e aos espaços culturais que ali existem) e que influem nas suas práticas sociais?

Nesse entendimento, propomos a estes profissionais que concebam a Praça Cívica como espaço de manifestações, artísticas, políticas, sociais, culturais e históricas, para tanto possa ser observada pela paisagem da cidade. A nosso ver, a observação da paisagem, representa um importante elemento para o exercício das práticas culturais, uma vez que, permite a interpretação desta, para além do caráter descritivo ou imagético estático, ultrapassa esses limites e alcança outros sentidos, como, seus odores, movimentos, cheiros, sabores, sensações, enfrentamentos, oposições, ou seja, uma apropriação mais completa do conceito de paisagem como preconizou Santos (2008).

Uma forma de demonstrar que o bibliotecário pode e deve atuar nesse espaço geográfico é a existência de aparelhos culturais dentro da Praça Cívica (biblioteca pública, Braille, Museus, Cinema), que visa atender a demanda socioculturais da população. Posto isto, demonstra que o bibliotecário é, de alguma forma, entendido como profissional que agrega e contribui na formação e desenvolvimento da cidade, pois está ali representada, juntamente com as áreas administrativas mais importantes. E que pode não ter grande relevância ou visibilidade e reconhecimento nos dias atuais, mas pode ser bem simbólica a permanência e construção destes aparelhos culturais neste espaço.

Ao aplicar esta proposta metodologia, visando a promoção à cidadania (principalmente por ser uma atividade de mapeamento de algo vivido e experimentado pelos sujeitos), pode

servir como aprendizado para os bibliotecários, enquanto mediadores da informação. Salientamos, também, a integração entre bibliotecários, geógrafos, comunicadores, entre outros, para o desenvolvimento desta e de outras metodologias, visando o aprendizado interdisciplinar e uma formação educativa que proporcione a real mediação da informação e da cultura.

Para tanto, a construção deste mapa proporciona a adoção de importantes instrumentos e devem ser utilizados como transmissão e reflexão de informação, refletindo as relações que ocorrem no espaço. Por mais que os bibliotecários tenham uma formação cultural e erudita, é importante agregar conhecimento e olhares de outras áreas, visando a educação e à atuação cidadã, ou seja, o caminho desta proposta metodológica está calcado na interdisciplinaridade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do debate realizado, entendemos que o estudo da cidade possui elementos potenciais para o processo de formação do bibliotecário cidadão. Assim, consideramos ser de grande relevância a constituição de propostas metodológicas que avancem na relação entre as práticas culturais e a cidade, assim como nas bibliotecas e nos espaços públicos. Ao propormos a leitura da/na/para a cidade, mediante um mapa cartográfico da Praça Cívica em Goiânia, possibilitamos aos bibliotecários dinamizarem seu papel emancipador, oportunizando que os conteúdos informativos e culturais se efetivem, materializam e tencionam a realidade vivida.

Mesmo existindo esse potencial a ser explorado, notamos que muitos profissionais direcionam seu foco de trabalho apenas às atividades técnicas (processamento técnico), fazem com que práticas tradicionais fiquem tão arraigadas no fazer profissional. Entendemos este fenômeno a partir de duas situações: a primeira, pela falta de habilidade e competência, justificada a deficiência na abordagem humanística e a priorização da técnica, na formação profissional do bibliotecário. A segunda, pelo mercado de trabalho, na qual as instituições de ensino superior absorvem o maior percentual desses profissionais, com intuito de explorarem principalmente, o conhecimento técnico.

A nossa intenção não é apontar que os profissionais optam pela Biblioteconomia mais social, em detrimento aos conhecimentos técnicos, tão importantes no fazer profissional. Salientamos que os bibliotecários possuem parcela importante no processo educativo (também são educadores!), podendo oferecer subsídios para o desenvolvimento social e cultural, afinal

somos educadores em qualquer esfera e tipo de biblioteca que propomos atuar. Cabe as escolas de Biblioteconomia, incluir em seus projetos de cursos, disciplinas que ressaltam a importância de se estimular as práticas culturais e educativas dos futuros bibliotecários, na promoção do exercício da cidadania. Aos profissionais atuantes, estes devem se reconhecerem enquanto educadores e seu papel de mediadores da informação e agentes culturais, visando melhorar e estimular os sujeitos a praticarem e exercerem a cidadania na sua comunidade

Nessa conjuntura, consideramos, que há um grande caminho a percorrer para que propostas dessa natureza avancem entre os profissionais, sobretudo, no que se refere à atuação cidadã. Esse caminho exige que as práticas culturais se incluam no debate que valorizem os espaços como elementos culturais distintos e complementares à vivência na cidade. Do mesmo modo que compreendam a importância de aproximar o cotidiano da cidade à formação bibliotecária. Desta forma, esta proposta está amparada em conhecimentos teóricos e, em um segundo momento, buscaremos aplicá-la para conhecer os pontos de aproximação e de distanciamentos que podem ocorrer no processo formativo e educativo dos bibliotecários e estudantes de biblioteconomia.

Os desafios que se colocam aos bibliotecários mostram a necessidade de articulação entre as discussões teóricas e as finalidades político-socioculturais e educativas, sendo possível promover uma verdadeira formação cidadã. Estas, instituídas ao cotidiano cidadão, demonstram a compreensão e o estímulo de experiências para além das bibliotecas, emulando assim, uma Biblioteconomia mais social, valorizando práticas mais criativas e que sejam alternativas a estrutura rígida de sua formação.

Deste modo, talvez, elucidamos que a atuação bibliotecária responda de modo efetivo a um dos seus principais desafios: aprender a ler o espaço e suas interseções. Por isso esta proposta se torna relevante, no tocante de compreender a Praça Cívica em Goiânia como espaço público e seus usos direcionados à formação cidadã e à emancipação dos sujeitos, considerando-a como um espaço que, potencialmente, possa ser requerida em suas práticas culturais. E acreditamos ser possível que, após a leitura deste artigo, nós bibliotecários, possamos pensar nos pontos culturais que possuem na sua cidade e que podem contribuir para a sua atuação mais completa e social.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008. 1 CD-ROM.
- ARENDT, H. **A condição humana**. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.
- ARRAIS, T. A. **A produção do território goiano: economia, urbanização, metropolização**. Goiânia: Editora UFG, 2016.
- ARROYO, M. G. Uma celebração da colheita. *In*: TEIXEIRA, I. A. C.; LOPES, J. S. M. **A escola vai ao cinema**. 2. ed. 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- BORGES, R. M. R. Sobre pensamentos, ações e mediações midiáticas. *In*: BORGES, R. M. R. **Pensamentos dispersos, hegemônias concentradoras: discursos jornalísticos e movimentos de territorialização no Cerrado**. Tese (doutorado em Geografia). Goiânia: Instituto de Estudos Socioambientais: Universidade Federal de Goiás, 2013. p. 74-105.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição Federativa de 1988**. Brasília, DF: Casa Civil, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 15 jul. 2019.
- BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. **Estatuto da Cidade e Legislação Correlata**. 2. ed. Brasília, DF: Atual; Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2002. Disponível em: <http://www.geomatica.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/03/Estatuto-da-Cidade.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2019.
- CALLAI, H. C. Escola, cotidiano e lugar. *In*: CALLAI, H. C. **A formação do profissional da Geografia: o professor**. Ijuí: Editora Unijuí, 2013.
- CANTON, K. **Espaço e lugar**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- CASTRO, I. E. O espaço político: limites e possibilidades do conceito. *In*: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. da C; CORRÊA, R. L. (org.). **Olhares geográficos: modos de ver e viver no espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 43-72.
- CAVALCANTI, L. S. Referências pedagógico-didáticas para a geografia escolar. *In*: CAVALCANTI, L. S. **O ensino de geografia na escola**: Campinas: Papirus, 2012.
- CAVALCANTI, L. S.; SOUZA, V. C. A formação do professor de geografia para atuar na educação cidadã. **Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía Y Ciencias Sociales**, Barcelona, V. XVIII, n. 496 (08), 2014. Disponível em: <http://revistes.ub.edu/index.php/ScriptaNova/article/view/14970/18407>. Acesso em: 19 mar. 2019.
- CHAUÍ, M. Cultura e democracia. **Crítica y emancipación: revista latinoamericana de Ciencias Sociales**, Buenos Aires, v. 1, n. 1, p. 53-76.

jun. 2008.

COSTELLA, R. Z. Competências e habilidades no contexto da sala de aula: ensaiando diálogos com a teoria piagetiana. **Cadernos do Aplicação**, v. 24, n. 1, 2011. p. 225-240.

DANTAS, E. R. F.; GARCIA, J. C. R. **Responsabilidade social da ciência da informação: a reescrita do conceito**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 17., 2016. Disponível em: <https://goo.gl/N8x6wM>. Acesso em: 12 maio 2017.

DUARTE JUNIOR, J. F. **O sentido dos sentidos: educação (do) sensível**. 5. ed. Curitiba: Criar, 2010.

GADOTTI, M. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

GOMES, P. C. da C. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

GOMES, P. C. da C. Espaços públicos: um modo de ser do espaço, um modo de ser no espaço. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (org.). **Olhares geográficos: modos de ver e viver o espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 19-42.

HARVEY, D. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES BIBLIOTECÁRIAS. **Declaração de Lyon sobre o Acesso à Informação e Desenvolvimento**. 2014. Disponível em: <https://goo.gl/yjLif5>. Acesso em: 12 jun. 2019.

MANSO, C. F. A. **Goiânia**. Uma concepção urbana, moderna e contemporânea: um certo olhar. Goiânia: Edição do autor, 2001.

MARFETAN, T. B. O exercício da cidadania no espaço público: o caso da quinta da Boa Vista, RJ. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE, 11., 2015. São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: USP, 2015. p. 1124-1135. Disponível em: <http://www.enanpege.ggf.br/2015/anais/arquivos/25/712.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2019.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MATIAS-PEREIRA, J. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MORIGI, V. J.; VANZ, S. A. de S.; GALDINO, K. O bibliotecário e suas práticas na construção da cidadania. **Revista ACB**, v. 7, n. 2, 2002. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/390/479>. Acesso em: 21 maio 2019.

ORTEGA Y GASSET, J. **A missão do bibliotecário**. Brasília, DF: Briquet de Lemos Livros, 2006.

RANGANATHAN, S. R. **As cinco leis da biblioteconomia**. 3. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2009.

SANTOS, M. **Metamorfose do espaço habitado**. São Paulo: EDUSP, 2008.

SANTOS, R. do R.; DUARTE, E. N.; LIMA, I. F. de. O papel do bibliotecário como mediador da informação no processo de inclusão social e digital. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. São Paulo, v. 10, n. 1, p. 36-53, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/download/279/289>. Acesso em: 22 maio 2019.

SILVEIRA, F. J. N. da; REIS, A. S. dos. Biblioteca pública como lugar de práticas culturais: uma discussão sócio-histórica. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 21, p. 37-54, jan./abr. 2011.

SILVEIRA, F. J. N. da. **Biblioteca como lugar de práticas culturais: uma discussão a partir dos currículos de Biblioteconomia no Brasil**. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

SOUZA, M. L. de. Apresentação: socioespacial, sócio-espacial... ou sobre os propósitos e o espírito deste livro. In: SOUZA, M. L. de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. p. 9-18.

VIEIRA, L. **Os argonautas da cidadania**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

TARGINO, M. das G. Biblioteconomia, Informação e Cidadania. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**. Belo Horizonte, v. 20, n. 2, p. 149-160, jul./dez. 1991.